

## **2.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas**

**26.10.2016**

### **Ponto 1**

#### **Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2017**

#### **Declaração de Voto**

As intervenções proferidas pelos vereadores da CDU no período de discussão evidenciaram as razões de fundo que justificam o nosso voto contra a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2017.

Estes documentos patenteiam e correspondem a uma linha de orientação estratégica de continuidade com as opções e objetivos políticos de quem gere esta câmara, o PS e o PSD, e portanto da sua inteira responsabilidade, “temperados” por um voluntarismo pontual próprio de um orçamento de final de mandato e pré eleitoral.

Um voluntarismo que todos desejamos que possa ser concretizável, mas que só pode assentar na convicção, ou na crença, não comprovada, na aprovação de todas as candidaturas a fundos comunitários, que estão apenas enunciadas mas sem qualquer verba prevista. E nada mais nos é dito...

Este Orçamento e GOP patenteiam não só as escolhas e opções políticas na gestão municipal para o próximo ano como igualmente as já assumidas no passado e que têm e continuarão a ter repercussões no futuro, e que consideramos erradas, que sempre mereceram a nossa firme oposição, decididas e aplicadas pela maioria PS/PSD, e que condicionam negativamente a intervenção e a ação em geral deste município.

Este é um orçamento que sofre ainda os efeitos financeiros da Parceria Público Privada que há dois anos deliberámos nesta câmara renegociar, mas sobre o qual pouco ou nada mais se soube.

Este é um orçamento que reflete a pretensão errada de concessionar a privados o Centro Cultural da Malaposta, quando podia e devia ser gerido internamente, pelos serviços municipais e colocado ao serviço do movimento associativo e da população.

Este é também o orçamento em que os impostos diretos e em especial o IMI continuam a garantir a grande fatia das receitas deste município, com a correspondente sobrecarga fiscal que continua a asfixiar os municípios.

Este é um orçamento que, apesar da atualização dos acordos de execução com as juntas de freguesia para a área da manutenção dos equipamentos escolares, continua a evidenciar um tratamento diferenciado e desigual, por exemplo na área da varrição, que consideramos inaceitável e injusto para com algumas freguesias e para todos o que nelas habitam.

Os vereadores da CDU não se reveem neste orçamento e em muito do que nele está espelhado.

Em final de mandato, outro orçamento e outras GOP deveriam estar agora a ser aprovadas em Odivelas para 2017. Temos neste território insuficiências e carências importantes que já deviam estar corrigidas mas que não o foram nem serão no próximo ano, apesar de todas as promessas e expectativas criadas aos munícipes, com inclusões em orçamento, ano após ano, mas sem qualquer concretização ou resultado.

Numa análise mais detalhada aos documentos verificamos que 17 anos passados, ainda continua a contemplar os 18 milhões de ressarcimento pela instalação do município, valor esse que, compreendendo-se enquanto sinal político, todos sabemos não poder ser considerado para o investimento que é preciso fazer neste município. Odivelas contará assim, a confirmarem-se as previsões, com uma receita efetiva de cerca de 69 milhões.

Até agora, a mudança de governo e de paradigma ainda não permitiu que o município de Odivelas fosse compensado pelo ato de instalação. Mantemos a esperança que tal ainda possa vir a ocorrer. É justo e é necessário.

O orçamento da receita, com um valor global de 87 608 589,00 €, mantém uma estrutura que assenta essencialmente nas receitas correntes (76,9 %) e com grande peso da tributação direta, indireta, taxas e multas, que atingem quase 43% das receitas totais.

Mais significativa é ainda esta carga tributária sobre os munícipes se tivermos apenas em conta os 69 milhões espectáveis, que assim passa a representar quase mais de metade das receitas totais que se preveem arrecadar (54%).

Quanto a este aspeto este é mais um orçamento bem esclarecedor: mantém-se a situação de sobrecarga fiscal para que temos vindo a alertar, profundamente gravosa para os munícipes deste concelho e que tem justificado propostas repetidamente apresentadas por nós neste executivo.

É indiscutível que são estes impostos, em especial o IMI, que está a “segurar” as receitas deste município.

No geral e num quadro em que as receitas correntes aumentam cerca de 5,5% em comparação com o orçamentado para 2016, a previsão de aumento dos impostos diretos é de mais 12%. Temos portanto razão quando dizemos que os munícipes deste concelho têm sido sucessivamente onerados na carga fiscal imposta.

Temos vindo ao longo dos anos a propor uma redução real e efetiva do IMI, com abaixamento da respetiva taxa, minorando assim o peso excessivo desta carga fiscal, mas que o PS e PSD sempre rejeitaram. Este ano voltaremos a apresentar uma proposta no mesmo sentido.

É intolerável que se continuem a asfixiar os munícipes com este peso fiscal e tal não pode deixar de ter uma leitura de grave censura política.

Até poderão divulgar e propagandear com toda a força e vapor a redução de 40 e de 70 euros para as famílias com 2 ou 3 ou mais filhos respetivamente. Tal em nada alterará a situação global das famílias nem diminui ou inverte minimamente o grande esforço e o peso na generalidade das famílias e dos munícipes do nosso concelho.

Em relação às transferências da Administração Central, que aumentam 2,5% no caso das correntes e unicamente 0,5% nas de capital, num valor global de cerca de mais 3 milhões, não esqueçamos nem deve escamoteado que esse montante não chega nem para metade do valor necessário para a construção do centro de saúde de Odivelas, que como todos sabemos é uma responsabilidade da administração central, mas para a qual a CM Odivelas entendeu dar o seu apoio, com o pagamento antecipado da obra e uma comparticipação de 30% da despesa global com a construção, dinheiro este que sairá das suas receitas próprias e logo será reduzido nos investimentos que legalmente é competência da câmara.

É preciso alterar este estado de coisas!

São muitos e importantes os investimentos e intervenções da responsabilidade do Município que importa concretizar e de que são exemplo, entre muitos outros:

- A requalificação do Largo D. Dinis;
- A requalificação da Av. D. Dinis;
- A conclusão das obras de urbanização da AUGI dos Pedernais;
- A valorização paisagística do Dólmen do Sítio das Pedras Grandes;
- O Parque urbano da entrada nascente de Odivelas;
- O Plano da Rede Ciclável;
- A reconversão do Mercado de Odivelas;
- O Centro Interpretativo / núcleo museológico das Águas de Caneças.

Estas são algumas das obras ou projetos que têm constado em sucessivos planos de atividade e orçamentos e que não têm passado de miragem. Já para não falar do tão anunciado parque verde das Colinas do Cruzeiro que ligaria à Arroja que constava nas GOP para 2016 e que agora desaparece por completo.

No que respeita à educação e considerando o aumento significativo do número de alunos, a sobrelotação de algumas escolas - com a existência de 23 turmas com Horário duplo - seria expectável que a Câmara Municipal considerasse as remodelações e readaptações das escolas existentes, bem como a construção das escolas previstas na Carta Educativa.

Contudo, o que verificamos é que não está prevista qualquer intervenção que permita a resolução desta situação:

- Para a Escola Mello Falcão é prevista uma verba de 30 mil euros, claramente insuficiente para a intervenção de fundo que é necessária:

- As obras de adaptação e construção do JI da Escola n°5/Bernardim Ribeiro em Odivelas são mais uma vez empurradas para anos futuros, com apenas 40 mil euros previstos. Valor aliás igual ao que tem sido previsto em orçamentos anteriores, sem que nada, efetivamente, aconteça.

Ao nível da Ação Social são previstos 25 mil euros para intervenções em Centros de Dia. Uma verba absolutamente residual que nem de longe possibilitará fazer as obras / intervenções necessárias.

Ao nível da multiculturalidade e imigração não podemos deixar de destacar o desaparecimento das GOP do CLAI, quando o PS prometeu reforçar os meios ao seu dispor. Autointitulando-se este concelho tão integrador, não queremos acreditar que este serviço de apoio aos imigrantes possa efetivamente desaparecer.

E porque este é o último orçamento deste mandato cujo balanço não pode perder de vista o programa e as promessas eleitorais do PS, só podemos concluir que são muitas as promessas e compromissos eleitorais do PS que caem por terra ou ficam por fazer.

Alguns exemplos:

- Construção da escola Avelar Brotero;
- Programa Recreio Educativo;
- Centro de Acolhimento Temporário para Idosos;
- Lar e CAO para doentes com Alzheimer;
- Complexo do Porto Pinheiro;
- Projeto Lúdico desportivo da Amoreira;
- Parque Urbano Lúdico Pedagógico da Paiã;
- Carta Desportiva e Conselho Municipal do Desporto.

Muitos outros exemplos poderiam ser dados, como bem ficou patente nas intervenções por nós proferidas no período de discussão e que no global nos reconduzem de novo para a constatação de que outra distribuição de recursos financeiros e outra definição de prioridades certamente possibilitaria uma intervenção continuada, consistente e verdadeiramente eficaz no conjunto das competências municipais, apesar e não obstante os constrangimentos financeiros.

E até ao que ao Orçamento Participativo diz respeito, não podemos deixar de sublinhar os sucessivos adiamentos de muitas das obras/intervenções previstas, que transitaram de ano e acabaram por se concentrar, agora, em 2017. Outra definição de prioridades e outra programação teriam permitido o seu cumprimento faseado e algumas já poderiam hoje estar concluídas.

Esperamos sinceramente que o respeito pela vontade da população deste concelho impere e que pelo menos aquelas que são as aspirações expressamente colocadas e mais sentidas pelos munícipes sejam concretizadas neste mandato. Estamos e continuaremos atentos.

Por tudo o que fica dito, o nosso voto contra.

Odivelas, 26 de Outubro de 2016

Os Vereadores da CDU